

## Coluna do Castello

### Já emergiu o perfil ideológico

O PMDB já deve ter perdido a ilusão de impor seu programa à Constituinte, transformando-o em base da futura Constituição. As tendências já estão enunciadas e o que se pode fazer agora, como disse o líder Mário Covas, já que não é possível o ideal, é tentar evitar o pior. O senador Severo Gomes, que presidiu a convenção nacional que selecionou o programa do partido e apontou claras indicações aos constituintes, foi o primeiro a perceber a necessidade de negociação, e o primeiro a iniciá-la. Já antes de conhecidos os pareceres das subcomissões, dizia ele palavras sensatas sobre a possibilidade de na base da composição de idéias chegar-se a um texto moderno e progressista, no qual confluíssem aspirações diversas de uma sociedade que aspirava a reformas, mas mantinha linhas de fidelidade às suas estruturas clássicas.



O presidente do PMDB, sr. Ulysses Guimarães, fala agora em "programa mínimo", obviamente com vistas à negociação, já que o máximo foi afastado nas votações realizadas até aqui. A listagem de aspirações atuais do PMDB constante dos jornais de ontem é bastante pobre, pois resume-se a preservar pelo menos o Estatuto da Terra, votado sob o patrocínio do General Castello Branco, criar o Conselho de Comunicação Social, deixar que a questão do aborto seja tratada mais tarde pela legislação ordinária e evitar que a Constituição se restrinja aos conceitos militares do papel das Forças Armadas.

Claro que mais do que isso será obtido numa negociação feita com humildade e realismo. Os liberais que se inserem na frente conservadora farão todas as concessões já feitas em matéria social e examinarão concessões políticas como o sistema de governo, de modo a atender melhor as aspirações médias da sociedade, e um reexame das prerrogativas dos três poderes, contanto que não se procure quebrar a espinha dorsal do Poder Judiciário, representada pela sobrevivência do Supremo Tribunal Federal. Sabe-se que, diante da ameaça de tornar esse tribunal uma estrutura destituída das prerrogativas clássicas e composto por representantes indicados por organizações políticas e com mandato de 12 anos, grande número dos atuais "justices" pedirão aposentadoria.

A Comissão Executiva Nacional do PMDB está convocada para examinar o pedido de adiamento da convenção de 13 e 14 de junho. Essa convenção não tinha justificativa lógica e apenas pretendia servir de instrumento de pressão sobre a maioria do partido a qual, nas subcomissões, antecipou sua tomada de posição e tornou inócua a reunião de junho. Alega-se agora que o adiamento visa evitar que grupos radicais proponham desde já a antecipação do mandato do presidente Sarney com eleição 90 dias depois da promulgação da Constituição. Tal idéia germinaria tanto quanto a dos "atos constitucionais", mediante os quais a ala radical tentou dar um golpe de força na votação do Regimento e suprimir o papel do presidente José Sarney, eliminando a própria transição política. A esquerda perdeu o esporão.

Na realidade, o adiamento da convenção, agora proposto, tem como razão real poupar o partido de uma divisão prematura e ineficaz, evitando uma confrontação do líder Mário Covas com o presidente Ulysses Guimarães que, de índole conciliatória, se alinha entre os que pretendem preservar, em meio às discordâncias, a unidade partidária. Claro que a unidade, hoje, se fará não com a imposição das teses esquerdistas do Congresso partidário de outubro mas com o acatamento das posições liberais ou conservadoras que, na melhor das hipóteses, racham o partido ao meio, possibilitando a aliança com o conservadorismo extrapartidário, excluindo o comando do PMDB de uma colaboração mais ativa, a que tem direito, na elaboração do novo texto constitucional.

Ainda há muitas questões polêmicas que irão agitar a Comissão de Sistematização e o plenário da Constituinte. As circunstâncias políticas poderão alterar disposições atuais e modificar a maioria na votação de alguns tópicos, sobretudo os de natureza política, como a adoção do sistema de governo, o mandato presidencial e a autonomia do Distrito Federal. Na ordem econômica é que as grandes linhas estão definidas e expressam o evidente pensamento dominante nas classes dirigentes do país, representadas ou influentes na Assembléia Constituinte. Por isso mesmo a missão mais difícil está com o senador Severo Gomes, que irá tentar tirar leite de pedra no seu confronto com os srs. Roberto Campos e Delfim Neto. O senador, no entanto, não é tão radical que seja incapaz de flexibilidade nas negociações e de retirar delas algum proveito para a corrente que representa.

*Carlos Castello Branco*